

A tal afro-cearensidade

texto [Henrique Nunes]

fotos [Mauro Angeli e Arquivo Nirez]



A tese de que no Ceará existiriam poucos negros, sustentada pela redenção antecipada em quatro anos em nosso Estado, já foi questionada há décadas por pesquisas como as do jornalista Eduardo Campos e de outros nomes ligados ao Instituto do Ceará. E derrubada de vez pela realidade e pelos dados historiográficos de uma academia que se renova. Deslegitimar este discurso embranquecedor pode nos ajudar a reconhecer dificuldades a serem enfrentadas, 20 anos após a promulgação da Constituição que reforçou a necessidade de "ações afirmativas" para favorecer a integração negra na sociedade brasileira.

Harco estará sempre dedicando espaço ao tema, em seção fixa. Pretendemos contribuir para que esta tal afro-cearensidade ganhe mais visibilidade e as devidas transformações na sociedade cearense, além das programações pontuais que tomam a lembrança de Zumbi dos Palmares, no dia 20 de novembro. Uma realidade que faz parte do cotidiano de pesquisadores como Zelma Madeira, Preto Zezé, André Costa, Descartes Gadelha, Hilário Ferreira, William Augusto Pereira, Nelson Olokofá Inocêncio, Alecsandro Ratts, Eurípedes Funes e de um dos nossos raros representantes negros no poder, Carlos Veneranda, vice-prefeito de Fortaleza.



Como em grande parte do país, a população e a herança negra cearenses permanecem invisíveis àqueles que detêm o poder econômico, a si mesmos e a muitos dados oficiais. Silenciados sob um véu de hipocrisia, continuam mais vistos nas páginas policiais e noutros dramas midiáticos. Reconhecida hoje como um fato político-ideológico, histórico, mais do que genético, a raça há muito teve rechaçada sua noção purista. Em todo o mundo. No entanto, o mito da "democracia racial brasileira", com nossos mulatos e nossa negritude não assumida, apenas sublimou uma realidade social excludente, racista. A pretensa igualdade racial constitucional ainda está distante, embora o governo esteja implantando algumas "ações afirmativas". Em grande parte, tomadas após a *II Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, promovida em Durban, África do Sul, em 2001. Houve avanços, como uma regulamentação da diversidade racial nas propagandas oficiais; a lei 10.639/03, definindo o ensino da história e da cultura afro-brasileira, ainda não sistematizado, e a também gradual, e mais polêmica, política de cotas nas universidades

Muito ainda precisa ser feito. Inicialmente, talvez, deixando de lado uma certa hipocrisia dominante que não assume o racismo de nossa sociedade. Como se a cada shopping, a cada restaurante, a cada centro cultural, a cada esquina, ele não fosse praticado. Uma hipocrisia que só interessa aos que procuram manter um *status quo* fantasioso, distante da realidade brasileira. Subverte-se, agora, o conceito histórico de raça, negando-o, simplesmente, por seu fator genético. Na prática, porém,

vigora outra noção. Em matéria publicada no *Diário do Nordeste*, em 15 de outubro deste ano, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ratifica: "a renda das famílias brancas no Brasil, é, em média, 2,06 maior que o rendimento das famílias negras". Com base na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad), o Ipea reconhece a necessidade do incremento das políticas afirmativas diretas, e não apenas aquelas provenientes de programas sociais, para enfrentar as desigualdades econômicas entre as raças.

Somos racistas

Segundo o sociólogo Hilário Ferreira, em artigo publicado no jornal *O Povo*, em 13 de maio deste ano, nossos escravos sempre lutaram por sua liberdade. O pesquisador cearense aponta que fomos, já no século XIX, mais negros do que brancos, considerando-se os pardos e mulatos, tão discriminados como os cativos e os negros livres, desde então. No mesmo periódico, em abril do ano passado, o historiador Eurípedes Funes concorda, sugerindo que, se havia menos negros do que em outros estados da região, sempre desprezamos, na conta, os negros livres e libertos. E ressalta: "essa invisibilidade histórica é fruto da construção histórica do racismo". Pouco antes, a repórter Natália Paiva relatara o caso de alguns estudantes de Guiné-Bissau, vítimas de racismo no Ceará. A conclusão: continuamos tão racistas como no século XIX.

"Queremos que se reconheça a afro-cearensidade para que não tenhamos vergonha de nos mostrar. Aqui se diz que não existe negro, que tivemos a Abolição antes. Isto traz desigualdades. É preciso que toda a população comece a ver e a respeitar que no Ceará existem negros e negras e que a população negra daqui trabalhou muito por suas tradições. Temos que reverter esta invisibilidade que é acompanhada por um processo de intolerância, inclusive institucional", complementa à **Harco** a doutoranda em Sociologia pela UFC, Zelma Madeira.

Se somos racistas, temos obrigação de mudar este enfoque. Inclusive, convivendo com a cultura negra, além dos folguedos a qual a associamos "mais naturalmente". Manifestações que às vezes tentamos assimilar de forma superficial, meramente festiva. Uma política editorial sobre a presença negra na cultura tradicional, na arte oficial e na mídia do Ceará, por exemplo, contribuiria para dar visibilidade a um novo processo de cidadania, envolvendo esta tal afro-cearensidade tão próxima e da qual ainda tão pouco ouvimos falar. No ano do centenário de morte do "mulato" mais popular da cultura brasileira, Machado de



Assis, ainda é preciso estimular e reconhecer a identidade negra cearense.

topo△

Identidade e política



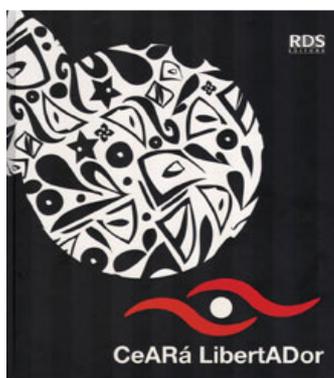
Sociedade Cearense Libertadora

Um dos poucos políticos negros a ocupar um cargo majoritário no Estado, o vice-prefeito de Fortaleza, Carlos Veneranda, considera que “o racismo no Ceará é muito forte, embora não se demonstre abertamente. O que se reflete na própria participação negra na política”. Citando o paulista Abdias Nascimento (criador do Teatro Experimental Negro, exilado político e ex-senador pelo Rio de Janeiro) como sua maior referência, ele defende a atuação da Universidade Federal do Ceará para que o ensino das tradições afro-brasileiras finalmente conste nos currículos das escolas da cidade. “Já era para ter começado, mas tem que haver essa formação antes”. Quanto às cotas, sugere que elas não se dêem de forma “brusca nem permanente”.

Ele também percebe uma identificação racial crescente na cidade. “As pessoas começam a assumir sua negritude mais naturalmente. A hipocrisia não leva a nada, temos que partir para um novo processo de valorização e de convivência”. Carlos Veneranda aponta que, após o insucesso em sua campanha para vereador, voltará para a Chesf, onde atua como auxiliar de Engenharia. “Tenho certeza de que continuarei representando a valorização da raça negra no Ceará. Posso contar para meus netos que ocupei um cargo que nenhum outro negro ocupou em Fortaleza”.

Responsável pela edição do livro *Ceará Libertador*, o vice-prefeito também deu

início ao projeto *Ceará Quilombola – o Ceará que ninguém vê*, reunindo seis histórias relacionadas aos quilombos cearenses em livro e DVD. As iniciativas contaram com o incentivo da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir. Veneranda cita ainda a *I Conferência da Igualdade Racial*, em abril de 2005, reunindo 700 pessoas de Fortaleza e Aquiraz, como um marco de sua atuação junto ao movimento negro.



Ceará libertador

Um significativo conjunto de textos sobre a libertação dos escravos cearenses foi reunido no volume *Ceará Libertador* (RDS Editora, 2007). A resistência de Francisco José do Nascimento em negar o embarque de escravos nas jangadas tornou o Dragão do Mar um ícone da cidade, pelo menos desde a construção do Centro Cultural erguido na Praia de Iracema há nove anos. A atuação do “Chico da Matilde” junto à Sociedade Cearense Libertadora, culminada no 25 de março de 1884, ganhou a história através de Edmar Morel, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Raimundo Girão e Eduardo Campos, autores presentes na publicação com iconografias do Arquivo Nirez. Uma história de consciência viva.

topo△

[Convivência]

Intolerância religiosa e “apartheid” geográfico

Não é difícil constatar o racismo no dia-a-dia cearense. Tomemos um exemplo hipotético. A liberdade de culto é um preceito constitucional. No entanto, em quase todo o país, pouco se respeita este direito. Não só na marginalização dos terreiros de umbanda e candomblé, sempre instigados pela elite católica, evangélica, “não racista”, a “afastarem-se um pouco” de suas casas e comércios. Mas também em seu exercício livre, como acontece também, já em menor escala, com os próprios evangélicos. Vamos supor que um doente internado em um hospital de Fortaleza deseje exercer sua identidade cultural através de um rito afro-brasileiro. Provavelmente, logo haveria tentativas de impedir a “macumba”. Constrangimento vivenciado ainda em outros contextos, não só de uma intolerância religiosa e racial, mas de um “apartheid” econômico, geográfico, social e cultural.

Esta seria, ou é, uma das situações em que o racismo eclode em nosso dia-a-dia. Mesmo que nosso personagem não fosse negro, tomando por base que “hoje as religiões de matrizes afro-brasileiras não são lugares específicos de uma pertença étnica negra, mesmo que o panteão esteja ligado à tradição, à cosmologia negra”, conforme pondera a pesquisadora Zelma Madeira, doutoranda em Sociologia na UFC com tese sobre esta religiosidade.

Negro da periferia

Em parte da elite intelectual e/ou financeira alencarina, ainda são comuns perguntas do tipo: “É de onde?”, quando um negro ou uma negra destaca-se. Caso a resposta seja um “Daqui mesmo”, um certo desdém ou surpresa podem

acompanhar o diálogo, entre outras atitudes preconceituosas, em geral não extensivas aos "forasteiros" - talvez não por conta propriamente da nossa tradição de bons anfitriões. Nada que abale a afro-cearensidade. "A pessoa poderia dizer que é da periferia de Fortaleza. É lá que percebemos que esta identidade flui mais. É uma construção que passa por dificuldades até institucionais, mas percebemos que a periferia questiona cada vez mais essa invisibilidade histórica", constata Zelma.

Afro-cearensidade definida pela religião e a cultura, através de manifestações como o maracatu. "Desde os anos 20, estas religiões se manifestam bastante, mesmo em um estado considerado católico, contribuindo para a visibilidade negra", diz, ressaltando que as encantarias têm influências diretas da matriz africana, no caso da macumba e do catimbó, e ainda do sincretismo, no caso da umbanda. Esta, com mais de cinco mil terreiros só na região metropolitana de Fortaleza, representa as exclusões sociais e prossegue discriminada. Pelo racismo e pelas acusações de heresia. "Claro que a intolerância religiosa hoje é menor, mas continua, com nova feição. A cosmogonia destas religiões é de toque e de dança, com atabaques, com canto e dança. E os terreiros estão sempre sendo multados e até fechados, de acordo com a Lei do Silêncio, mesmo já em locais apartados". No entanto, garante Zelma, a resistência continua.